



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS-CCAAB
LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

DEYSE MARIA DE SOUZA SILVEIRA

**EXPOSIÇÃO SENSORIAL ZOOBOTÂNICA COMO
ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO À INCLUSÃO DE
DEFICIENTES VISUAIS NO SISTEMA REGULAR DE
ENSINO**

Cruz das Almas – BA
2014

DEYSE MARIA DE SOUZA SILVEIRA

**EXPOSIÇÃO SENSORIAL ZOOBOTÂNICA COMO
ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO À INCLUSÃO DE
DEFICIENTES VISUAIS NO SISTEMA REGULAR DE
ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, do Curso de Licenciatura em Biologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Biologia.

Orientador: Prof^o. Msc. Elinsmar Vitória Adorno

Cruz das Almas – BA
2014

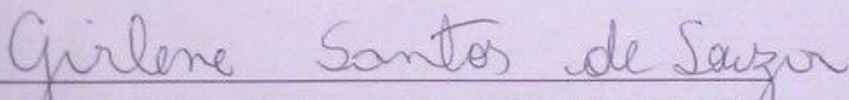
DEYSE MARIA DE SOUZA SILVEIRA

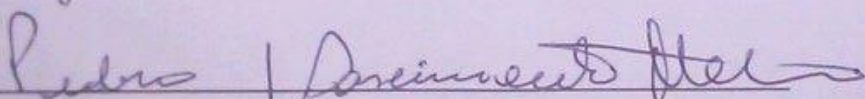
EXPOSIÇÃO SENSORIAL ZOOBOTÂNICA COMO
ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO À INCLUSÃO DE
DEFICIENTES VISUAIS NO SISTEMA REGULAR DE
ENSINO

Aprovada em 18 de dez de 2014.

Banca Examinadora

Profº. Msc. Elinsmar Vitória Adorno (CCAAB/UFRB)


Profº. Drª. Gírlene Santos de Souza (CCAAB/UFRB)


Profº. Msc. Pedro Nascimento Melo (CCAAB/UFRB)

AGRADECIMENTOS

Meus caminhos sempre foram guiados por Deus, por esse motivo, meu maior agradecimento direciono à Ele, que em situações de conflitos, momentos de insegurança sempre emanou forças para que eu seguisse em frente.

À UFRB, pela oportunidade de realização desta graduação, assim como à todos os professores que se fizeram presentes em minha jornada acadêmica, em especial o meu orientador Elinsmar Adorno, por quem mantenho uma grande admiração não apenas como profissional, mas como ser humano, por toda sua força e resiliência.

Agradeço também aos meus pais, Marivaldo e Maria de Fátima e ao meu irmão, Kleiton, pois, cada um, à seu modo me apoiou e contribuiu com a minha jornada acadêmica.

Ao meu namorado Franz, exemplo de determinação e perseverança, agradeço por todo amor e incentivo, fundamentais para que eu conseguisse dar um passo adiante na minha vida profissional, me inspirando a sempre continuar me aperfeiçoado.

À minha grande amiga, Mariana Bertino, que com toda sua sabedoria e minúncia, colaborou grandiosamente para finalização deste trabalho.

À todos os meus orientadores da EMBRAPA, Dr^a Luciana Alves, Dr^o. Antônio Souza, Karen Cristina, que cooperaram para meu aprimoramento profissional, me ensinando cada passo a ser dado com paciência, generosidade e principalmente humildade, virtude as quais levarei comigo sempre.

À minha prima-irmã Naara e à minha tia-mãe Betânia, agradeço pelo apoio e amor dedicados à mim, saibam que é recíproco.

Aos meus colegas e amigos, Magaly Queiroz, Sandra Conceição, Murilo Campos e Simone Sacramento, por sempre se demonstrarem tão solícitos todas as vezes que

necessitei de ajuda, à vocês minha eterna gratidão e carinho que vão muito além academia.

À todos os participantes da Exposição Sensorial Zoobotânica que colaboraram para esta pesquisa, sem vocês isso não seria possível.

Enfim, à todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse efetivado.

Meu muito obrigado!

Por jamais ter desistido de acreditar em mim mediante as minhas indecisões, frustrações e mudanças, dedico este trabalho ao meu maior incentivador, meu pai, Marivaldo Marques da Silveira, minha melhor referência de vida, além de um grande exemplo de pai. Te amo!

LISTA DE ABREVIATURAS

BV - Baixa Visão

CCAAB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

DV - Deficiente visual

ESZB - Exposição Sensorial Zoobotânica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBC - Instituto Benjamin Constant

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NUPI - Núcleo de Políticas de Inclusão

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

"É preciso carecer de um sentido a fim de conhecer as vantagens dos símbolos destinados aos que restam"

[Denis Diderot, 1713-1784].

RESUMO

A Constituição Federal assegura à todo e qualquer deficiente o direito à educação em redes regulares de ensino, desde o ensino infantil ao ensino superior, porém para que essa inclusão seja realizada de maneira efetiva, não basta inserir o aluno no ambiente acadêmico sem lhe oferecer condições reais de aprendizado, através da estruturação das instituições de ensino, da disposição de professores especializados e também é fundamental que haja uma preparação da comunidade escolar para receber, incluir e acolher verdadeiramente esse público. Baseado nisso, optou-se por realizar uma pesquisa-ação de natureza quali-quantitativa, consistindo na execução e posterior verificação da contribuição da Exposição Sensorial Zoobotânica para sensibilização dos alunos videntes quanto à convivência com pessoas que apresentam deficiência visual, através da percepção das dificuldades enfrentadas por estes, incentivando a adoção de uma nova conduta frente à diversidade, legitimando o processo inclusivo, hipótese confirmada pela maioria dos participantes que certificaram o alcance do objetivo da pesquisa.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Deficiência visual; Sensibilização.

ABSTRAT

The federal constitution ensures to all or any deficient the right to education in regular education networks, since the kindergarten to higher education. Nevertheless, for such inclusion is performed effectively, it is not correct to insert the student in the academic environment without offering actual conditions of learning, through of structuring of educational institutions, dispositions of specialist teachers, furthermore, is important that there a preparation of school community to receive and attend this public. Then, this search aims to make a Sensory exposure Zoo-botanic to sensitize the normal students who live with visual impairment students, athwart of difficulties faced for these kind of people, encouraging the adoption of a new approach in diversity to legitimate the inclusion process, hypothesis confirmed by most participants who certified the scope of the purpose of the research.

Key words: Inclusive education; visual impairment; sensitize.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Participantes fazendo o percurso da Exposição Sensorial Zoobotânica com os olhos vendados	32
FIGURA 2 - Sala Olfato/Paladar da Exposição Sensorial Zoobotânica	33
FIGURA 3 - Sala Tato da Exposição Sensorial Zoobotânica	34
FIGURA 4 - Sala Audição da Exposição Sensorial Zoobotânica	35
FIGURA 5 - Nível de escolaridade dos participantes da Exposição Sensorial Zoobotânica	36
FIGURA 6 - O tema educação inclusiva já foi abordado na sua instituição de ensino?	39
FIGURA 7 - Você acredita que estudantes com deficiência visual podem apresentar um bom desempenho acadêmico?	40
FIGURA 8 - Qual tipo de deficiência você considera mais difícil no que se refere ao processo de aprendizado?	41
FIGURA 9 - Você conhece algum deficiente visual?	42
FIGURA 10 - Você já estudou com algum deficiente visual?	43
FIGURA 11 - Você acredita que poderia aprender ou lhe ensinar algo?	44
FIGURA 12 - Você apresenta algum tipo de limitação?	45
FIGURA 13 - Como se sentiu ao realizar as atividades da Exposição Sensorial Zoobotânica?	46
FIGURA 14 - Você conseguiu realizar com facilidade as atividades propostas na Exposição Sensorial Zoobotânica?	47
FIGURA 15 - Qual atividade você considerou mais difícil de ser executada?	47
FIGURA 16 - Você considera fácil o aprendizado sem o uso da visão?	48
FIGURA 17 - A Exposição Sensorial Zoobotânica contribuiu para mudança da sua percepção a respeito da capacidade de um deficiente visual?	50
FIGURA 18 - Você acredita que a Exposição Sensorial Zoobotânica pode contribuir para sensibilização dos alunos videntes à inclusão dos deficientes visuais em instituições regulares de ensino	50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 CARACTERIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
2.2 BREVE HISTORICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
2.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
2.4 COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA VISUAL	24
2.5 INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	26
2.6 A IMPORTÂNCIA DOS ORGÃO DO SENTIDO PARA O APRENDIZADO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL	28
3 METODOLOGIA	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA EXPOSIÇÃO SENSORIAL ZOOBOTÂNICA	58
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	60

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino é um direito garantido pela Constituição Federal, porém isso não assegura a construção de um sistema educacional inclusivo, pois, para que isso ocorra efetivamente é necessário não somente incluir um aluno com deficiência em uma sala regular, mas também preparar a comunidade escolar para participar desse processo, tornando-os agente da inclusão.

As instituições de ensino desempenham um papel social muito importante, proporcionando não apenas o desenvolvimento intelectual dos alunos, como a capacidade de interagir positivamente e estabelecer relações livres de preconceito com os seus colegas. Nesse sentido, criar estratégias de sensibilização da comunidade escolar em relação aos obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência, podem contribuir para o afastamento de práticas discriminatórias.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p 17).

A habilidade de se colocar no lugar do outro, representa uma tarefa complexa, mas que possibilita ter um nova perspectiva acerca das peculiaridades de cada um, de modo a aprender a respeitar as diferenças e conseqüentemente conviver melhor com elas, removendo as barreiras que levam a exclusão. Fundamentado nisto, esta pesquisa, cujo tema é a sensibilização dos alunos para inclusão educacional, tendo como objetivo investigar a contribuição de uma exposição sensorial zoobotânica para sensibilização dos alunos videntes quanto à convivência com pessoas que apresentam deficiência visual, mediante a percepção das dificuldades enfrentadas por estes, como forma de incentivo a construção de nova postura mais ativa perante o processo inclusivo.

À vista disso, apresenta-se o seguinte problema para a presente pesquisa: A Exposição Sensorial Zoobotânica pode contribuir para a sensibilização dos alunos videntes quanto à inclusão dos alunos com deficiência visual na rede regular de ensino?

Tendo como hipótese a percepção de que sim, a Exposição Sensorial Zoobotânica contribui à sensibilização dos alunos videntes quanto à inclusão de alunos com deficiência visual na rede regular de ensino, a partir da simulação de algumas dificuldades enfrentadas por estes, promovendo uma libertação dos preconceitos e estigmas previamente concebidos.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular implica em mudanças de paradigmas, provocando alterações na prática educativa e mobilização de toda comunidade acadêmica. Nesse panorama, a concepção de educação inclusiva não deve estar atrelada apenas à utilização de materiais especializados e espaço físico adaptado, mas também à incorporação de valores, como respeito ao próximo e cooperação, o que justifica esse estudo, pois a inclusão trata justamente de aprender a viver com outro, ou seja,

significa estar com o outro e cuidar uns dos outros. Não quer, absolutamente, dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo (FOREST; PEARPOINT, 1997, p. 137).

Diante disso, este estudo tem o intuito de elevar a consciência acerca da diversidade, através de uma exposição sensorial, na qual todas as atividades são realizadas sem o uso da visão, de modo à aproximar os participantes videntes de uma realidade diferente da habitual, sob a concepção de um deficiente visual, compreendendo suas dificuldades e reconhecendo suas potencialidades e em consequência disto, promover a sensibilização e o acolhimento dos alunos com deficiência visual, cooperando para a construção de uma educação baseada no respeito, na tolerância e solidariedade.

Para tanto, esse estudo será amparado por uma pesquisa-ação, como tentativa de contribuir para a transformação de determinadas práticas cotidianas. Embasando

a discussão desse tema, esta pesquisa fundamentou-se nos estudos produzidos por: Carvalho (2006); Conde (1994); Glat (2007); Mantoan (2006); Mazzotta (1996); Omena (2009); Santos e Paulino (2006); Sá, Campos e Silva (2007), entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARACTERIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo SANT'ANA (2005), a democratização do ensino no tocante à inclusão de alunos pertencentes a uma minoria social, teve seu fortalecimento no início da década de 1990, devido principalmente a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia, onde estiveram reunidos representantes de 155 países e estabeleceram-se acordos que tangem a igualdade de acesso à educação para pessoas com deficiência.

É nesse contexto que surge o termo Educação Inclusiva, tendo como premissa básica a ideia de que todas as pessoas merecem as mesmas oportunidades e experiências e, sobretudo, a possibilidade de socialização e integração dos alunos independente da sua condição, promovendo o enriquecimento e o reconhecimento da educação como um direito fundamental à ser garantido a todas as pessoas, sem qualquer discriminação, entendendo-se que “qualquer aprendiz, sem exceção deve participar da vida acadêmica em escolas comuns e nas classes regulares, nas quais deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (CARVALHO, 2006, p.28).

Glat (2007) em Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar, traz o conceito de educação inclusiva como “um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem”, o que implica na, reestruturação e reorganização do seu projeto político pedagógico, recursos didáticos, metodologias, estratégias de ensino além de suas práticas avaliativas e principalmente na formação da equipe de gestora e dos professores. Trazendo a percepção na experiência cotidiana do docente de que não há dois alunos iguais, sendo fundamental identificar as necessidades de cada um, de modo a obter um diagnóstico de qual caminho torna o aprendizado mais fácil à cada indivíduo, conferindo ao ato de ensinar uma prática mais eficiente e motivadora, visto que, “Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas

como a condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação de aprendizagem, condizentes e responsivas as suas características.” (Mantoan 2006, p. 60). Essa abordagem, que prima pelo respeito à diversidade, valorizando as peculiaridades de cada ser, contribui de forma grandiosa à existência de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Não há dissenso que a inclusão escolar é um direito de todos os estudantes, porém o principal desafio consiste em capacitar o sistema educacional à execução desse direito, garantindo a qualidade da educação sem condicioná-la a razões de saúde, origem, sexo, grupo étnico, econômica, social, orientação sexual ou qualquer outra questão. Sob essa óptica, os centros de ensino devem compreender que há diversidade e propor intervenções educativas que possibilitem o desenvolvimento ideal de todos os alunos. Pois as diferenças estão intrínsecas ao gênero humano e suas peculiaridades que o tornam um ser único. Tendo isso em vista, Figueiredo (2000, p. 69), enfatiza que “é preciso reconhecer o valor das diferenças como elemento de crescimento dos sujeitos e dos grupos sociais”. Desse modo torna-se possível e coerente, alunos com deficiência frequentando instituições educacionais regulares, partilhando um ambiente comum com os demais alunos, dentro e fora da sala de aula.

Sob essa perspectiva, de acordo com Domingos (2005), entende-se que todos os indivíduos de uma comunidade podem e devem aprender juntos e a instituição de ensino não deve colocar requisitos de seleção ou realizar práticas discriminatórias de qualquer espécie, conferindo à todos os estudantes equidade de oportunidades e participação, evidentemente, respeitando a singularidade de cada indivíduo, não apenas daqueles que possuem algum tipo de deficiência.

A educação inclusiva é um direito universal, que demanda uma série de medidas políticas para que seja garantida uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Além disso, ela implica no fornecimento dos recursos necessários a todos os centros de ensino, a fim de capacitá-los a atender e assegurar êxito escolar de todos os alunos, a qualidade, equidade e excelência no ensino, sendo esses princípios inseparáveis.

A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva preconiza

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

O envolvimento de todos os estudantes e o rompimento dos obstáculos à concretização da aprendizagem é um componente elementar para educação inclusiva, caracterizada, por consolidar a luta pela desigualdade, discriminação e exclusão, transformando em realidade a educação para todos, assumindo-se como uma questão de direito fundamental que não defende segregação de qualquer indivíduo da educação baseado na deficiência que apresenta conferindo à todos igualdade de oportunidades.

A educação inclusiva é fundamentada em direitos igualitários, todavia, não apóia-se em tornar igual, “não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas.” (SANTOS; PAULINO, 2006, p.12). Contemplando isso, a educação inclusiva não deve ser compreendida simplesmente como tratar as questões relacionadas aos alunos com deficiência, e sim, a totalidade dos alunos, considerando suas diferenças, excluindo a tentativa de homogeneizá-los, assegurando o melhor tratamento aos estudantes que apresentam ou não algum tipo de deficiência. Portanto, a educação inclusiva busca, como princípio básico,

[...] a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseadas nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam incondicionalmente, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos temos o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. E que, por isso mesmo, todos precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir. (SANTOS; PAULINO, 2006, p.12)

Para que isso seja efetivo, o processo de inclusão necessita de uma equipe de apoio nas instituições de ensino, de modo a contribuir com os professores, revelando a importância do suporte de profissionais especializados, para assessorar as possíveis dificuldades de ensino.

Além disso, as instituições regulares de ensino deverão dispor alguns suportes para os alunos com deficiência, como a sala de recursos, equipada com material didático pedagógico e professor de apoio nas salas de aulas, acompanhando o aluno e contribuindo com o professor regente. É válido destacar que as salas de recursos, em centros de ensino regulares destinam-se à complementação e o apoio ao trabalho executado na sala de aula regular, sendo que esse atendimento deve ser realizado em um horário oposto ao horário das aulas. Reforçando a idéia de que para que o ensino seja de fato inclusivo, é necessário que haja uma inserção total do aluno exigindo a transformação da rede regular de ensino, adaptando-se a necessidade dos alunos, caso contrário pode ocasionar uma pseudo-inclusão desses estudantes.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No atual cenário da educação a temática inclusão é bastante presente, por representar um grande desafio, sendo ainda comum à muitos docentes o sentimento de despreparo para trabalhar com esse público, porém essa resistência se torna inválida já que a legislação garante como obrigatoriedade a matrícula de todo aluno

no ensino regular, provocando desse modo uma grande inquietude a comunidade acadêmica. Assim sendo, é importante contextualizar a educação inclusiva a partir do seu histórico para que seja possível compreender esse paradigma.

Baseado nos estudos de Lima (2010) é possível analisar que até o fim da idade média, onde o ser humano era valorizado principalmente pela capacidade de realizar atividades que envolviam força, se agregava à deficiência uma visão de absoluta incapacidade, o que era tido como algo intolerável, diluindo a serventia das pessoas que apresentavam deficiência, abandonando-as ou muitas vezes condenando-as à morte.

Nos Anos de Inquisição Católica, acreditava-se que pessoas com deficiência eram a materialização do mal e para que estes não contaminassem os tidos como “puros” eram eleitos membros da igreja para matá-los. Quando surge o cristianismo a deficiência passa a ser vista como uma causa divina, acreditando-se que todos tem uma alma e por esse motivo são dignos de um tratamento caridoso, como descrito no levantamento histórico feito por Ferreira e Guimarães (2003, p.58), apresentando que

É possível observar que a história tem presenciado comportamentos e condutas variadas, no tocante à deficiência, indo desde os atos dos governantes espartanos – que determinavam, em lei, o abandono de crianças malformadas ou deficientes – passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e a marginalização, operadas pelos “exorcistas”.

Porém, com o passar dos anos, a compreensão acerca das deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Segundo Vieira (2013), no início do século XIX as pessoas que apresentavam deficiência eram mantidas em suas residências, onde era proporcionada uma educação fora das escolas, de modo a protegê-lo da sociedade. A partir do século XX, impulsionado pelo crescimento da luta contra todas as formas de discriminação que dificultavam a participação social das pessoas com deficiência, aflora

mundialmente, a defesa de uma sociedade inclusiva, onde iniciam-se os primeiros movimentos de valorização dos deficientes, dando origem a luta contra discriminação em prol de uma sociedade inclusiva, momento em que se iniciou a tentativa de integração de indivíduos que apresentavam deficiência à sociedade através da sua inserção em escolas, porém apenas em instituições particulares, pois a rejeição estatal ainda se manteve, excluindo toda responsabilidade do governo sobre a educação dessas pessoas.

Em 1994, com a Declaração de Salamanca, o Brasil conhece uma nova visão. Este documento trouxe outra perspectiva a respeito da educação especial, proclamando que todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas, tendo plenos direitos à educação, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p. 1 e 2).

Os princípios da declaração de Salamanca, foram então incorporados a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, ocorrendo toda uma alteração na legislação brasileira, sendo o ponto de partida para as mudanças sociais necessárias para a construção de uma escola inclusiva. Baseada nesse documento a rede regular começou a matricular os deficientes nas classes, tendo em vista que essa é uma mudança benéfica para todos, pois possibilita aos alunos aprenderem a conviver com as diferenças e proporciona aos deficientes uma maior oportunidade de desenvolvimento devido o estímulo e modelo oferecido pelos demais alunos.

2.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos grandes desafios da para a educação é viabilizar, de forma efetiva, o acesso e a permanência dos alunos com deficiência de qualquer natureza nos centros de ensino, de acordo com a perspectiva inclusiva. Nesse sentido, este capítulo trata das políticas públicas para uma educação inclusiva, documentadas, as quais tem trazido mudanças significativas no âmbito educacional. Pois, para compreender os direitos

dos alunos com deficiência no ensino regular, torna-se imprescindível, conhecer os aspectos legais da Educação Inclusiva, que estão elencados abaixo:

- ✓ Lei nº 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social e pleno exercício de direitos sociais e individuais.
- ✓ LDB nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB dedica à educação especial os artigos 58, 59 e 60 do Capítulo V. A exemplo do que fizera o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB considera a educação especial uma modalidade de educação escolar, a ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 16/99 . Dispõe sobre educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 4/99. Dispõe sobre educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- ✓ Decreto nº 3.298/99. Regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiências, consolida as normas de proteção ao portador de deficiências.
- ✓ Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Institui Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica. No seu art. 2º, assim dispõe a Resolução: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (BRASIL, 2001).
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Lei nº 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. No tópico 8 do texto aprovado, o PNE aponta diretrizes para a política de educação especial no Brasil e indica objetivos e metas para a política de educação de pessoas com necessidades educacionais especiais.
- ✓ Decreto nº 6.094/2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. No art. 2º, inciso IX, o documento aponta

como uma das diretrizes do plano, na qual devem se empenhar Municípios, Estados, Distrito Federal e União, a garantia de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

- ✓ Decreto nº 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2006.
- ✓ Decreto nº 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2006.
- ✓ Decreto nº 6571/2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Ainda considerando os fundamentos inclusivos, há uma aproximação no que tange a educação básica e o ensino superior, diferenciando-se pelas suas finalidades já que “A educação básica tem como finalidade desenvolver uma formação escolar do aluno, com meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996), e para do ensino superior a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9.394, de 20/12/96) diz em seu artigo 43 que:

“A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de

aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

A partir destas determinações legais, é perceptível concepção de educação inclusiva não dissociada da rede de ensino regular, porém nela devem se encontrar os meios e recursos necessários para ultrapassar as barreiras impostas pela sua deficiência.

2.4 COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA VISUAL

A visão é um dos cinco sentidos mais importantes, que nos permite ter uma percepção do ambiente à nossa volta. A deficiência visual (DV) é a perda ou redução dessa capacidade visual, que para Sá; Campos; Silva (2007, p.15), é “o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado”.

A maioria dos problemas visuais podem ser corrigidos com cirurgias específicas ou tratados com o uso de óculos ou lentes de contato. Porém, quando uma ou mais partes do olho ou do cérebro que são necessários para processar as imagens estão danificados, pode ocorrer perda severa ou total da visão, não podendo ser restaurado em sua totalidade, todavia, afirma-se que:

O portador de deficiência visual é uma pessoa normal, que não enxerga ou possui visão reduzida, ou seja, nenhuma outra defasagem lhe é naturalmente inerente. Contudo, em função da diminuição de suas possibilidades de experimentação, da sub-estimulação, de um relacionamento familiar e/ou social inadequados

e de intervenções educacionais não apropriadas poderá apresentar defasagens no desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e psicomotor, quando comparados a indivíduos de visão normal da mesma faixa etária. (CONDE 1994, p.10).

O conceito de deficiência visual engloba todos os graus de perda visual, que apresente caráter definitivo, não sendo susceptível a correção através do uso de lentes e/ou tratamento clínico ou cirúrgico, sendo este um termo utilizado para significar as pessoas cuja perda de visão, constitui uma limitação significativa para executar tarefas que exigem visão, sendo classificadas em cegueira e baixa visão (BV).

Brasil (2001, p.33), conceitua

Baixa visão - é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode ser em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados.

Cegueira - É a perda total da visão até a ausência de projeção de luz. Do ponto de vista educacional, deve-se evitar o conceito de cegueira legal (acuidade visual igual ou menor que 20/200 ou campo visual inferior a 20° no menor olho), utilizada apenas para fins sociais, pois não revelam o potencial visual útil para execução de tarefas.

Segundo o Censo Demográfico 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de 6,5 milhões de pessoas têm alguma deficiência visual, desse total 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos); 6.056.654 pessoas possuem grande dificuldade permanente de enxergar (baixa visão).

Representando uma parte da população que pode ter uma atuação igualitária dentro do meio social, esse processo deve iniciar-se na escola, que é o lugar onde parte do conhecimento e do respeito é adquirido.

2.5 INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

No Brasil, a assistência às pessoas com deficiência visual se iniciou com O imperial Instituto dos meninos cegos, no ano de 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), que atendia a apenas DV, tendo em vista que, segundo Mazzotta (1996), a população de cegos no Brasil naquele período era de aproximadamente 15.848 pessoas, o que revela a condição de precariedade do atendimento diante na necessidade da população, pois era a única instituição responsável pela educação de deficientes visuais no Brasil até 1926, ano em que foi inaugurado o Instituto São Rafael. Essas duas instituições foram o ponto de partida para o surgimento de várias outras, como; o Instituto de Cegos da Bahia, Instituto de Cegos do Ceará, Instituto Santa Luzia, Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, o Instituto de Educação Caetano de Campos, além da Fundação para o Livro do Cego, inaugurada no Brasil em 1946, com o objetivo de imprimir livros em Braille, atualmente denominada Fundação Dorina Nowill, que possibilitou melhores condições de estudo às pessoas cegas. Porém, essas iniciativas ofereciam atendimento aos deficientes visuais de forma isolada do sistema geral de ensino.

É então na década de 1950 que o Conselho Nacional de Educação concede o ingresso de estudantes cegos nas Faculdades de Filosofia, provendo a oportunidade profissional no Ensino Superior. Neste mesmo período, foi implantada a classe Braille no ensino regular, pioneira no estado de São Paulo, entendendo-se que a educação de pessoas cegas e com baixa visão deve ser realizada preferencialmente na rede regular de ensino, com o suporte educacional necessário, como consta na Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei9.394/96) que asseguram aos portadores de necessidades especiais o aprendizado e todos os direitos de cidadão comum. Entretanto, mesmo com a legislação em prol desse público, até os dias atuais, não se percebe uma inclusão

destes alunos na prática acadêmica na maioria das instituições de ensino, que encontram-se muitas vezes em total condição de despreparo.

Por esse motivo, a inclusão de pessoas com deficiência visual em escolas regulares ainda gera muita discussão, pois para muitos apenas as escolas especiais estão preparadas para recebê-los. Porém, essa segregação pode provocar o afastamento dessas pessoas com deficiência, concebendo indivíduos retraídos e com dificuldades de relacionamento com outras pessoas.

O cotidiano de um deficiente visual é rodeado de dificuldades, mas esses obstáculos podem ser superados e a escola regular pode contribuir para isso integrando-o à sociedade, visto que essas escolas devem estabelecer estratégias para que estes alunos possam participar ativamente das atividades ali realizadas.

Há também a necessidade de se investir em tecnologias assistivas para deficientes visuais, sendo esses os principais recursos:

O sistema Braille, que é um sistema de leitura e escrita considerado o meio mais eficiente de acesso dos DV à educação

se constitui de uma combinação formada por seis pontos, dispostos em duas filas de três pontos cada uma e que pode resultar, de acordo com o número de cada ponto e sua posição, um total de 63 símbolos incluindo o alfabeto, símbolos matemáticos, químicos, notas musicais (OMENA 2009, p. 130).

A audiodescrição também constitui um recurso muito importante, conferindo maior segurança e independência ao DV, permitindo que ele assista aos programas televisivos, porém ainda é um instrumento pouco conhecido do público vidente, compreendendo que “A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 19)

Além disso, de acordo com Pimentel (2011), as tecnologias digitais representam também uma importante ferramenta de inclusão e oportunidade de acesso dos DV à informação. Através de softwares como o DOSVOX, o Virtual Vision e o Jaws, é

possível que o DV utilize o computador. Esses programas funcionam através de um sintetizador de voz que fazem a leitura do que está representado na tela do computador. Outro software interessante é o BR Braille e o Braille Creator que transcrevem textos em caracteres alfanuméricos para caracteres em Braille.

É fundamental que as escolas estejam preparadas com salas de recursos, que são uma extensão da sala de aula normal e um professor especializado em Educação Especial e Braille que será o vínculo entre o professor da turma regular, possibilitando a convivência do aluno portador de deficiência visual, com os demais alunos, acontecendo assim à verdadeira inclusão.

Esse direito está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases número 9394/96, no parecer CNE/CEB, número 17/01; na Resolução CNE/CEB, número 2, de 11 de setembro de 2001; na lei número 10436/02 e no decreto número 5626, de 22 de dezembro de 2005. Previsto também no Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008, que dispõe:

Inciso 1º, considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Inciso 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas.

Sendo assim todos os alunos com deficiência têm o direito à educação realizada em classes comuns além do atendimento educacional especializado, que deve acontecer na própria instituição onde está matriculado, em outra instituição de ensino ou até mesmo em centros de atendimento educacional especializado.

2.6 A IMPORTÂNCIA DOS ORGÃOS DO SENTIDO PARA O APRENDIZADO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Pessoas com deficiência visual apresentam uma lógica de aprendizagem diferente, o que possibilita que outros canais sensoriais sejam aguçados, “as informações tátil,

auditiva, sinestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas porque elas recorrem a esses sentidos com mais frequência para decodificar e guardar na memória as informações” (SÁ;CAMPOS;SILVA, 2007, p.15)

O Tato tem uma função muito importante para a aprendizagem, pois, “É o sistema sensorial mais importante que a pessoa cega possui, para conhecer o mundo” (OCHAITA; ROSA,1995, p. 184). Através da utilização desse órgão do sentido é possível ter acesso à escrita e à leitura através do sistema braille.

A audição é o segundo sentido mais importante para o deficiente visual, pois permite à percepção da sua localização, reconhecimento de pessoas, animais, sentimentos e emoções através dos sons escutados, “a audição é denominada o sentido de apoio das pessoas cegas, pois a aquisição de estímulos auditivos auxilia a decodificação do ambiente, a orientação no espaço e atuação independente” (BRASIL,2002, p. 44), desempenhando um importante papel na comunicação, aquisição de conhecimento e participação social.

O Olfato e a Gustação “são receptores e tradutores dos estímulos de natureza química. O olfato tem importante função de antecipação, sinalização e orientação no ambiente.” (BRASIL, 2002,p. 44)

O Ministério da Educação (MEC) em sua publicação de 2005, também afirma que:

O processo de aprendizagem de alunos cegos se desenvolve por meio da utilização dos sentidos remanescentes, como o tato, audição, olfato e paladar, utilizando o sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. Já o processo educativo de alunos com baixa visão, se desenvolverá principalmente por meios visuais ainda que com a utilização de recursos específicos.

Os órgãos sensoriais recebem estímulos externos constantemente, os enviando ao cérebro que os interpreta e formam representações mentais. “A percepção acontece à medida que objetos do ambiente comunicam estrutura do meio informacional que, ao final, chegam a nossos receptores sensoriais, levando à identificação interna de objetos.” (STERNBERG, 2008, p. 119).

Com base nisso, torna-se imprescindível estimular o desenvolvimento dos sentidos remanescentes, incentivando a ação física e mental do estudante com deficiência visual, despertando uma consciência corporal, fundamental à aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Este estudo se propõe a averiguar a efetividade da Exposição Sensorial Zoobotânica para a sensibilização dos alunos videntes quanto o acolhimento dos deficientes visuais na rede regular de ensino, baseado nisto, optou-se por realizar uma pesquisa-ação que baseia-se em um estudo de ação e reflexão de uma situação social, a fim de mudá-la ou melhorá-la. Afinal, como caracterizada por Thiollet (1988, p.15),

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja do tipo participativa.

Dessa forma, procurou-se articular um contato direto entre os participantes e o objeto da pesquisa, possibilitando, através das sensações adquiridas, obter uma reflexão crítica acerca da inclusão de deficientes visuais em instituições de ensino regular, já que de acordo com Gil (1999, p. 60), este “é um método que exige o envolvimento ativo do pesquisador e ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos no problema” de modo que, em razão de sua capacidade de aproximação com problemas reais, se torna apropriado para compreender e intervir na realidade social.

Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa, tendo como instrumentos de pesquisa livros, artigos, dados produzidos por órgãos oficiais subsidiando os dados coletados através da utilização de questionários, agrupando e verificando a argumentação dos participantes, além de fazer uso de dados numéricos, os quais norteiam grande parte do trabalho, permitindo uma compreensão mais abrangente do que se analisa.

A exposição Sensorial Zoobotânica foi realizada no museu de Zoologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e baseou-se na produção de uma exposição que contou com a mostra de elementos zoológicos e botânicos, participaram dessa

atividade cerca de 30 pessoas escolhidas de forma aleatória, sendo formados por docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além de participantes que estavam de visita a instituição. Todos os participantes foram vendados e conduzidos as estações das atividades sob a guia de um dos integrantes da equipe organizadora, passando por três ambientes diferentes (Figura 1).

FIGURA 1 - Participantes fazendo o percurso da Exposição Sensorial Zoobotânica com os olhos vendados e guiados



O primeiro ambiente da ESZB consistiu em uma sala destinada aos sentidos olfato e paladar (Figura 2), onde dispomos de uma bancada contendo raízes (beterraba, cenoura), caules (Batata inglesa e canela), folha (coentro e salsa), frutos (tomate, maçã, tangerina, melancia, melão, goiaba, café) e proteína animal (ovo de galinha).

FIGURA 2 - Sala Olfato/Paladar da Exposição Sensorial Zoobotânica; (A) - Bancada com material utilizado na sala Olfato/Paladar; (B), (C) e (D) - Execução das atividades da sala Olfato/Paladar

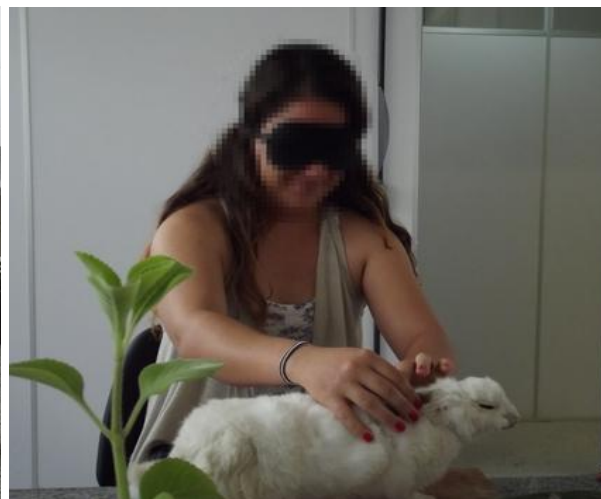


O segundo ambiente compreendeu a sala tato (Figura 3), onde encontrou-se em uma bancada animais empalhados (coelho e papagaio), conchas de moluscos, frutos (maxixe, goiaba, maçã), caule (batata inglesa), raiz (cenoura) e folhas de diferentes texturas (Hortelã, Amora, Crássula), as quais os participantes puderam tatear afim de senti-las e identificar as características de cada elemento apresentado.

FIGURA 3 - Sala Tato da Exposição Sensorial Zoobotânica: (A) - Bancada com material utilizado na sala Tato; (B), (C), (D) e (E) Execução das atividades da Sala Tato



(A)



(B)



(C)



(D)



(E)

O terceiro ambiente, representado pela sala audição (Figura 4), onde encontrou-se um computador com diversos efeitos sonoros da natureza (tempestade, floresta, ondas do mar, cachoeiras, ventania, cavalo, porco, pato, elefante, foca, mosca, abelha, vaca, cordeiro, peru, leão, onça), os quais eles escutavam durante alguns segundos e em seguida tentavam identificá-los.

FIGURA 4 - Sala Audição da Exposição Sensorial Zoobotânica: (A) e (B) - Execução das atividades da Sala Audição



(A)



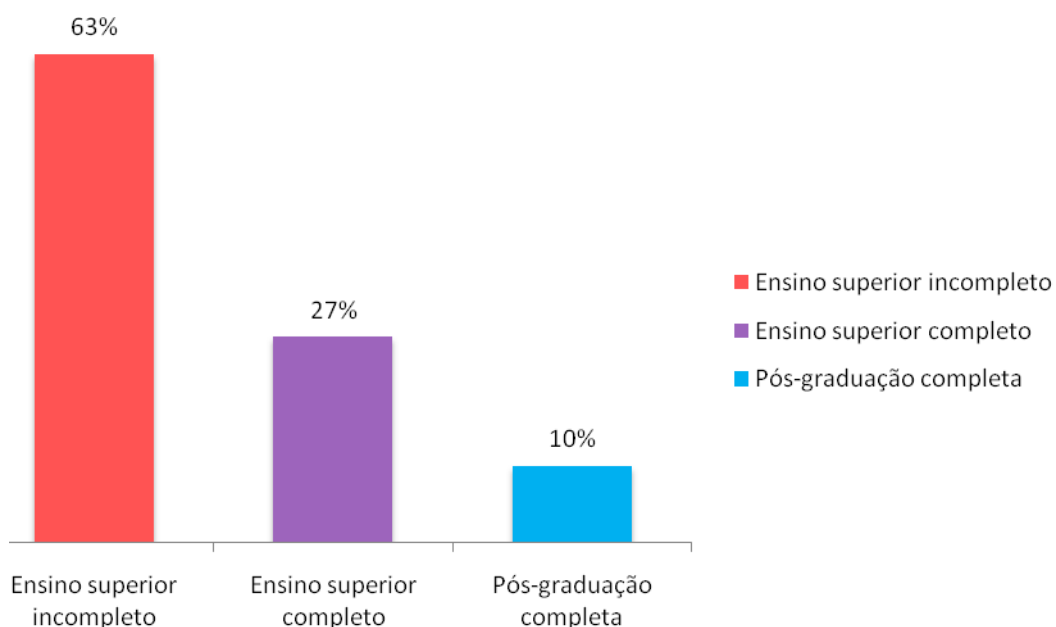
(B)

Por fim, os participantes eram dirigidos a uma última sala, na qual assinaram o termo de consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente responderam ao questionário.

Todos os participantes foram denominados de P1 à P30, de modo que todos estes após a realização das atividades propostas pela Exposição Sensorial Zoobotânica responderam à um questionário com perguntas pertinentes ao objetivo da pesquisa.

A composição da amostra quanto ao nível de escolaridade, formou-se majoritariamente por participantes que possuem graduação em curso, tendo também uma parcela de graduados e uma pequena amostra de pós-graduados (Figura 5).

FIGURA 5 - Nível de escolaridade dos participantes da ESZB



Para execução deste estudo utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário semi-estruturado (APÊNDICE A), contendo dezoito perguntas elaboradas de forma a traduzir o objetivo da exposição em questões distribuídas em três categorias: Perfil do participante (2 questões); Sobre a inclusão de deficientes

visuais no sistema regular de ensino (9 questões); e por fim, sobre a Exposição Sensorial Zoobotânica propriamente dita (6 questões). As respostas obtidas contribuíram com a pesquisa, sendo discutidas através de gráficos, tabelas e citações das argumentações mais relevantes, associando-as a um referencial teórico adequado, com o objetivo de verificar a contribuição da prática dessa exposição para o acolhimento e inclusão do deficiente visual no sistema regular de ensino.

É válido ressaltar que todos os participantes assinaram O termo de consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) que foi entregue simultaneamente ao questionário, no qual as questões iniciais referiam-se a caracterização do público da pesquisa, as demais questões referiam-se à educação inclusiva e a ESZB propriamente dita, tendo como objetivo identificar suas percepções a respeito da educação inclusiva e principalmente sobre a aplicabilidade de uma exposição como um recurso auxiliar que favoreça à inclusão de alunos com deficiência visual no ensino regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo será discutido o resultado dos questionários aplicados aos trinta participantes da ESZB, tendo como objetivo identificar suas percepções a respeito da educação inclusiva e principalmente sobre a aplicabilidade de uma exposição como um recurso auxiliar que favoreça à inclusão de alunos com deficiência visual no ensino regular.

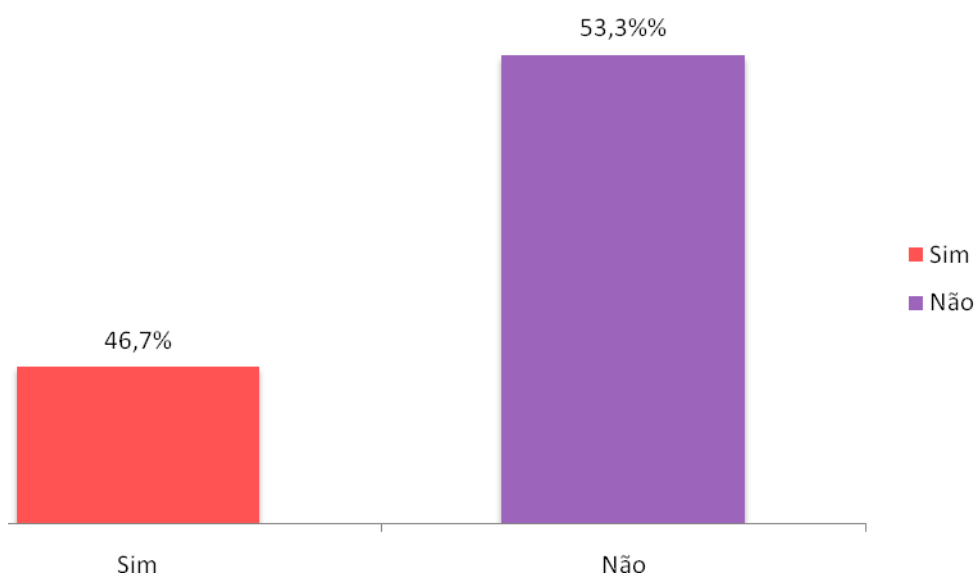
A primeira questão acerca da inclusão de alunos com deficiência visual na rede regular de ensino buscou obter um panorama da compreensão dos participantes sobre a educação inclusiva, de modo a fazer uma sondagem inicial sobre o que cada um entende por inclusão. Verificou-se respostas corretas na maioria dos questionários, apresentando apenas alguns equívocos, como referiu-se o participante P10: *“A educação inclusiva é um direito de todas as pessoas portadoras de necessidades especiais”*, porém

O termo “necessidades especiais” não deve ser tomado com sinônimo de deficiências (mentais, sensoriais, físicas ou múltiplas), pois abrange uma série de situações e/ou condições pelas quais qualquer um de nós pode estar submetido em decorrência de uma limitação, temporária ou permanente, oferecendo obstáculos em nossa vida em sociedade, considerando-se a idade, o sexo, os fatores culturais, as condições de saúde, os quadros afetivo-emocionais, entre outros fatores (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 32).

Por muito tempo várias expressões foram utilizadas para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial como, inválidos, excepcionais, especiais, portadores de deficiência, portadores de necessidades especiais, porém sempre buscou-se um termo apropriado de modo que não estigmatizasse o indivíduo ao qual se referia, tendo isso em vista o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência definiu através da portaria 2.344, que o termo correto para o tratamento destes é “Pessoa com Deficiência”. Pois como mencionado na resposta do participante P10 a expressão "pessoa com necessidades especiais" é um gênero

que engloba não apenas as pessoas com deficiência, como também envolve os idosos, as gestantes e qualquer indivíduo que necessite de um tratamento diferenciado. Em contraste a grande parcela dos participantes que souberam caracterizar a educação inclusiva de forma apropriada, apesar de que a maioria (Figura 6) não teve aproximação com o tema nas instituições de ensino as quais já frequentaram, o que mostra que esse assunto tem sido muito mais discutido e divulgado em outros espaços que não o escolar.

FIGURA 6 - O tema Educação Inclusiva já foi abordado na sua instituição de ensino?



Quando questionados sobre acreditar que os alunos com deficiência visual possam apresentar um bom desempenho acadêmico (Figura 7), apenas 3% disseram não acreditar que isso aconteça, porém sabe-se que há uma absoluta possibilidade de aprendizado sem a utilização da visão, como Bosi (2003, p. 66) assegura:

Até mesmo uma filosofia drasticamente empirista sabe que a coincidência de olhar e conhecer não pode ser absoluta, porque o ser humano dispõe de outros sentidos além da visão: o ouvido, o tato, o paladar e o olfato também recebem informações que o sistema nervoso central analisa e interpreta.

À esse favor, várias respostas foram dadas:

P30 - “Sim , esse alunado possui as mesmas capacidades que qualquer outro aluno, mesmo com a ausência da visão.”

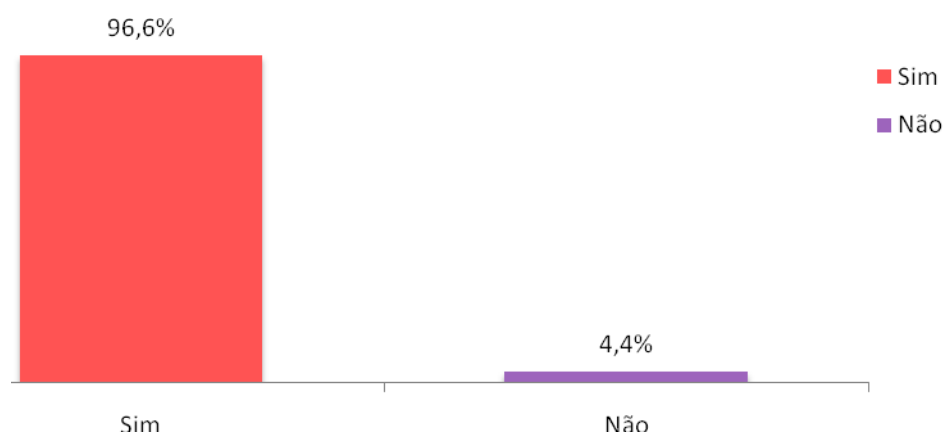
P29 - “Sim, desde que haja um preparo eficiente dos professores, voltado ao assunto.”

P26 - “Sim, pois a inteligência e esforço vem da pessoa, não dependendo da deficiência.”

P4 - “Sim, desde que o espaço escolar esteja preparado para lidar com essa deficiência.”

A percepção da sociedade a respeito da capacidade do deficiente visual ainda está arraigada de equívocos, uma vez que ainda que desprovido de um dos principais sentidos sensoriais, eles são absolutamente aptos à aprender utilizando os sentidos remanescentes.

FIGURA 7 - Você acredita que estudantes com deficiência visual podem apresentar um bom desempenho acadêmico?

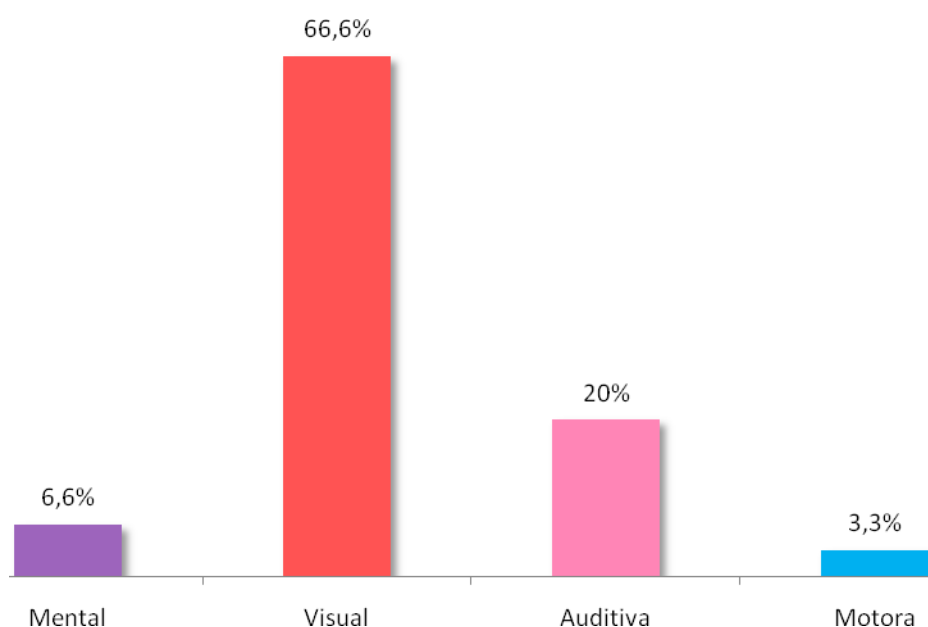


Ainda a respeito da dificuldade de aprendizado questionamos aos participantes qual o tipo de deficiência que você considera mais difícil no que se refere ao processo de aprendizagem (Figura 8) e a deficiência visual é vista pela maior parte deles como a

mais laboriosa, percepção confirmada pelo participante P26 que alega ser “a deficiência Visual, pois a visão é um dos 5 sentidos mais essencial a vida do ser humano”.

É necessário romper esse estigma de que a baixa visão ou a cegueira incapacita o indivíduo, compreendendo que a deficiência impõe algumas limitações, sendo uma expressão das diferenças existentes na sociedade.

FIGURA 8 - Qual tipo de deficiência você considera mais difícil no que se refere ao processo de aprendizado?

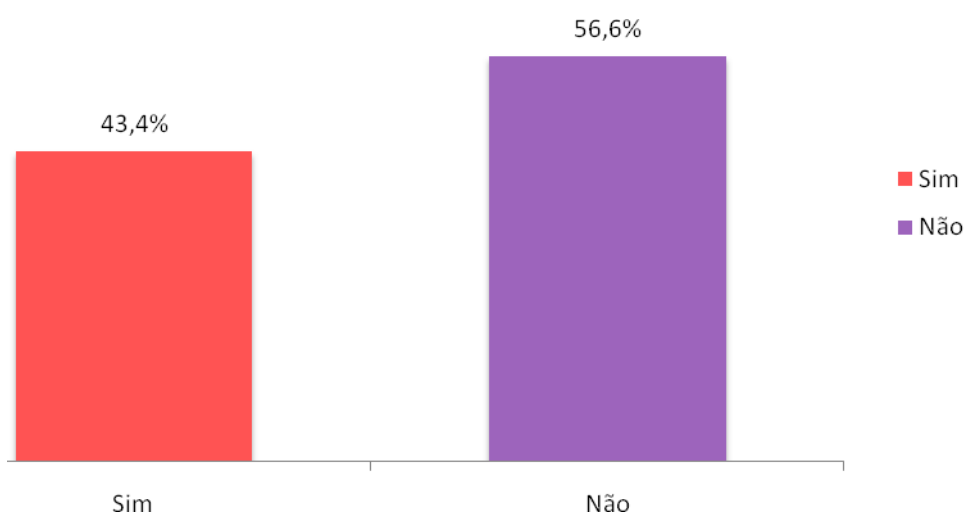


Outras questões levantadas foram: Você conhece alguém com deficiência visual? (Figura 9). Como você se relaciona com ela? Que tipo de sentimentos ela desperta em você? A fim de analisar se o contato com o deficiente permite conhecer mais profundamente suas peculiaridades e potencialidades, de modo a esquivar dos estereótipos, preconceitos e dos sentimentos de piedade.

Foi então revelado que predominantemente, entre os entrevistados, não existe uma aproximação real da deficiência, pois a maioria não conhece um deficiente visual. Relativo à forma de comunicação e aos sentimentos o participante P26, que se relaciona cotidianamente com um deficiente visual, relata: “Gosto de ajudá-la e

conversar tentando compreender as suas dificuldades da vida diária; desperta em mim coragem, força. Demonstra que independente de sua deficiência, pode lutar e conseguir algo que deseja.”.

FIGURA 9 - Você conhece algum deficiente visual?



Outras perguntas realizadas ainda sob a perspectiva da aproximação como recurso de desmistificação de preconceitos, foram: Você já estudou com algum deficiente visual? (Figura 10) Se sim, como você e sua turma se relacionavam com ele? Se não, o que acharia de ter colegas com deficiência na classe?

Confirmando a resposta a questão anterior, nesta a maioria nunca teve em sua classe alunos com deficiência visual. Dentre os que responderam sim, P30 profere: *“Sim, a relação sempre foi muito boa e sempre que necessário ajudávamos ela nas atividades escolares.”.*

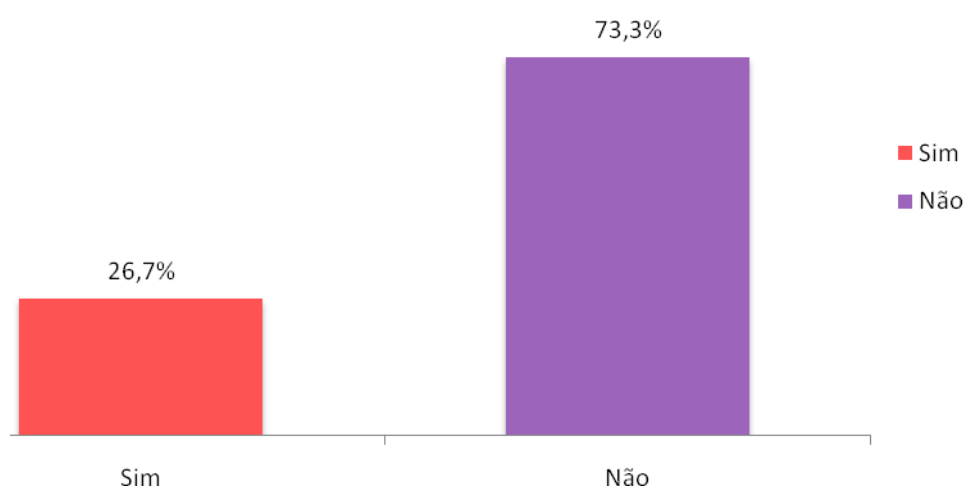
Alguns participantes compreendem que o convívio com o DV pode contribuir para o reconhecimento das diferenças e conseqüente crescimento pessoal, como exposto nas respostas abaixo:

P28 - *“Não, mas acharia interessante, ver as coisas por outro ponto de vista.”*

P25 - *“Não. Acharia muito importante para saber como lidar com essa situação de aprendizagem.”*

P22 - *“Não, mas acredito que conviver com pessoas que lidam bem com as adversidades possa gerar muitos aprendizados.”*

FIGURA 10 - Você já estudou com algum deficiente visual?



Você acredita que poderia aprender com ele ou o que lhe ensinar? (Figura 11), quanto a esse questionamento obtive-se 100% das respostas positivas, representadas pelos seguintes participantes:

P30 - *“Sim, cada ser humano tem algo para ensinar e aprender.”*

P29 - *“Aprender a nunca desistir de algo, mesmo que tenhamos limitações.”*

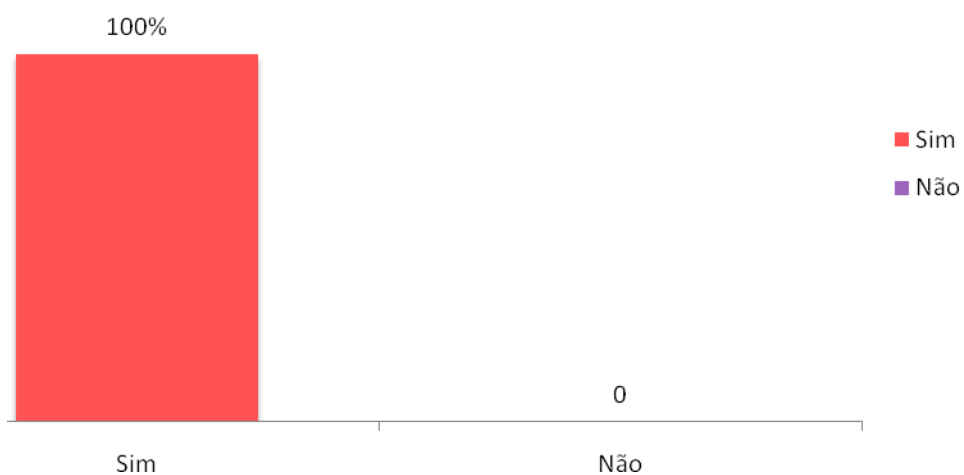
P28 - *“Acredito que eu aprenderia mais com ele do que ele comigo.”*

P27 - *“Com certeza, me ensinou como não temos que reclamar das coisas.”*

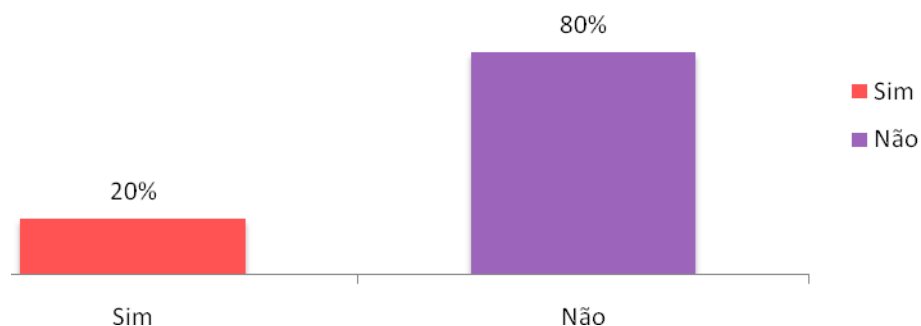
Mostrando que

[...] a deficiência jamais passa em “brancas nuvens”, muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito e, assim como quase tudo que se refere à diferença, provoca a hegemonia do emocional. (AMARAL, 1995, p. 112).

FIGURA 11 - Você acredita que pode aprender ou ensinar algo à um deficiente visual?



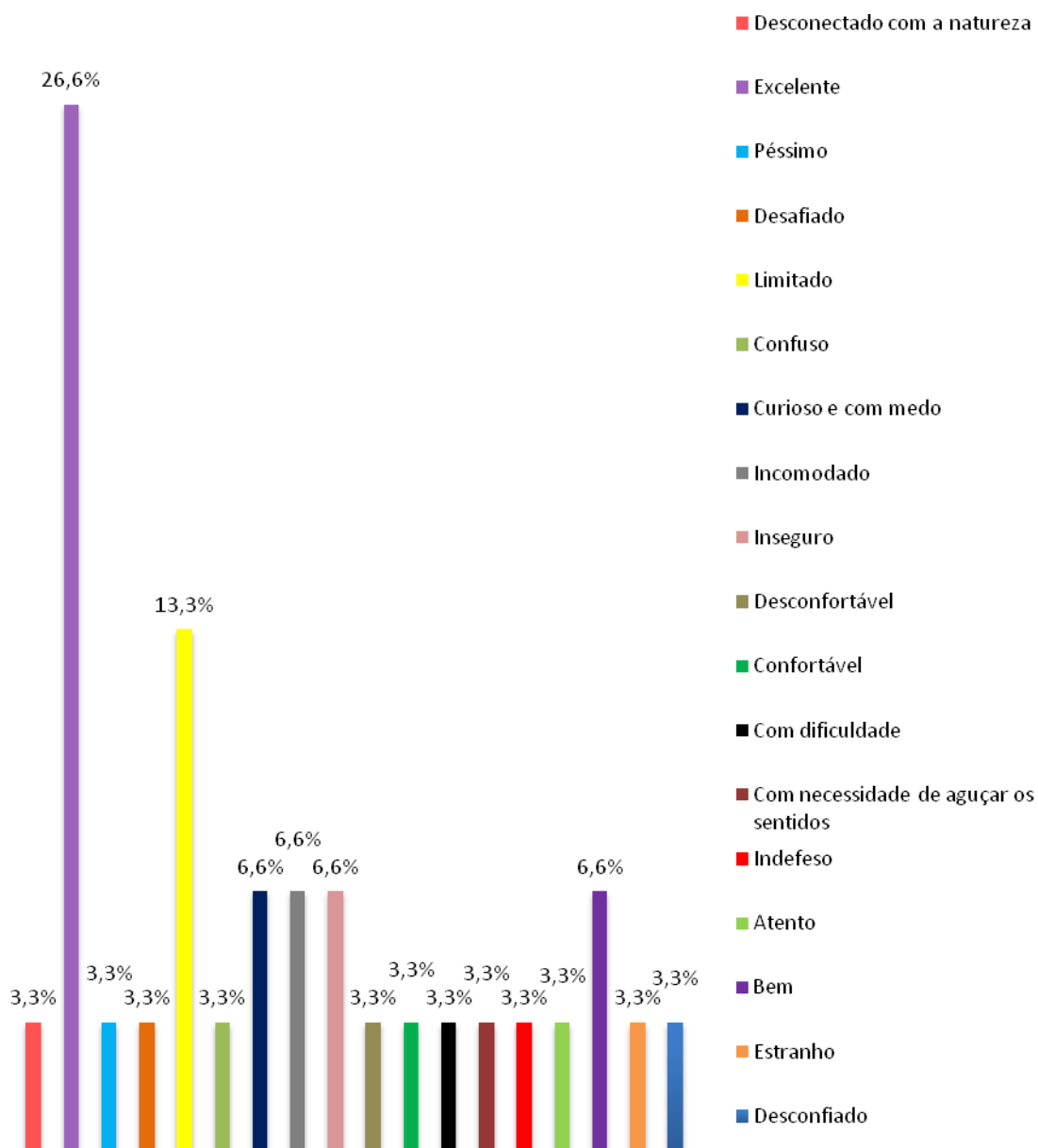
Para trazer a compreensão de que, como seres humanos, todos apresentam peculiaridades que de alguma forma nos confere uma restrição e dificuldades, foi perguntado aos participantes se eles apresentavam algum tipo de limitação (Figura 12).

FIGURA 12 - Você apresenta algum tipo de limitação?

A maioria afirmou que não, apenas 20% demonstraram ter o discernimento de que independente de apresentar alguma deficiência, todos, possuem limitações em graus diferenciados. Nesse contexto percebe-se que existe uma dificuldade em reconhecer as próprias limitações em razão de atrelá-las a um defeito, uma falha. Porém é necessário compreender e naturalizar a ideia de que todos nós apresentamos habilidades e limitações, esse reconhecimento contribui para aceitação e valorização de cada indivíduo respeitando suas diferenças.

Sobre a Exposição Sensorial Zoobotânica, a primeira pergunta direcionada aos participantes os indagou quanto ao sentimento despertado ao realizar as atividades proposta (Figura 13), notando-se que muitos deles relataram ter um sentimento negativo ao executar essa prática sem o uso da visão, reforçando o que foi questionado anteriormente, pois nesse momento suas limitações foram afloradas, fazendo com que sentissem dificuldade mesmo com a possibilidade de utilizar os demais sentidos.

FIGURA13 - Como se sentiu ao realizar as atividades da Exposição Sensorial Zoobotânica?



Relativo à dificuldade em realizar as atividades da exposição (Figura 14) 50% dos participantes afirmaram as ter executado com facilidade e 50% apresentou algum tipo de dificuldade. Em complementação pedimos pra que fosse assinalada qual dos momentos vivenciados na ESZB tiveram uma maior dificuldade na execução (Figura 15), e o olfato foi o sentido destacado como de mais difícil percepção.

FIGURA 14 - Você conseguiu realizar com facilidade as atividades propostas na exposição sensorial Zoobotânica?

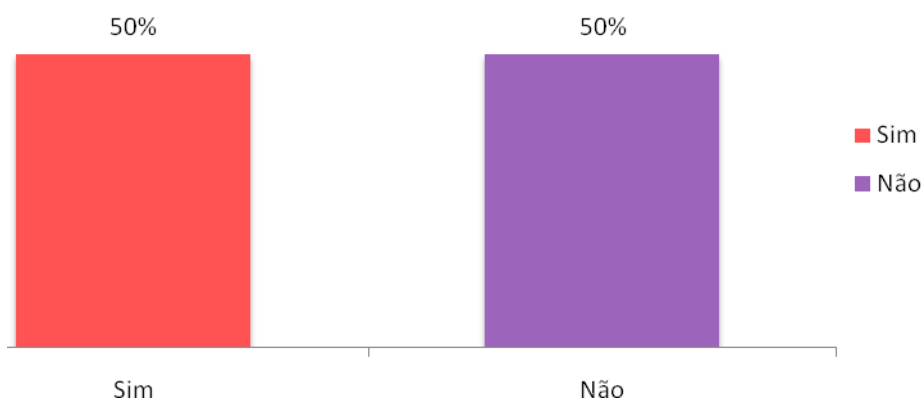
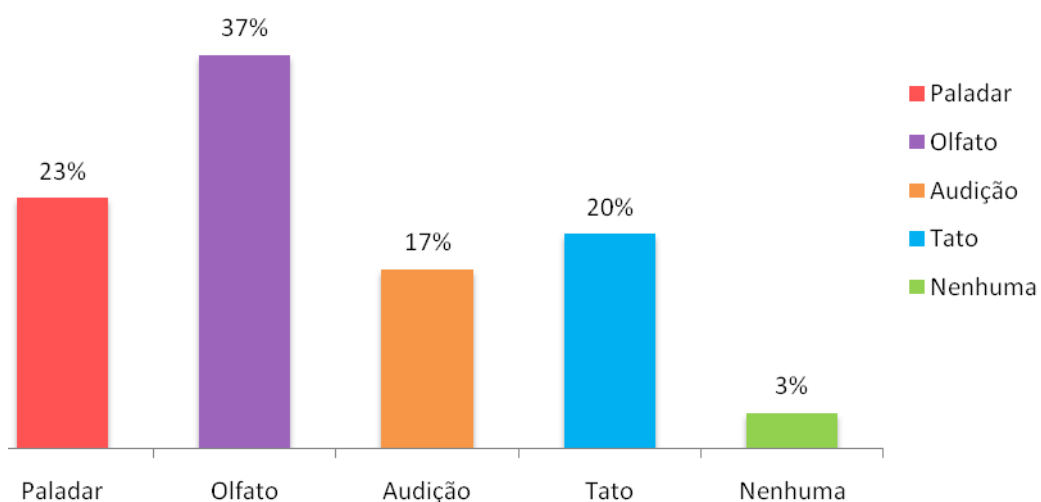


FIGURA 15 - Qual atividade você considerou mais difícil de ser executada?



Os participantes foram questionados também sobre o aprendizado sem o uso da visão (Figura 16), e alguns participantes acreditam ser relativamente fácil, quando se

está adaptado a deficiência, porém grande parte deles confirma ser mais difícil o aprendizado sem o uso da visão, como nas respostas seguinte:

P30 - *“Não, pois as pessoas com deficiência visual dependem das estratégias utilizadas pelos professores.”*

P29 - *“Não, requer muita dedicação de quem ensina e de quem aprende.”*

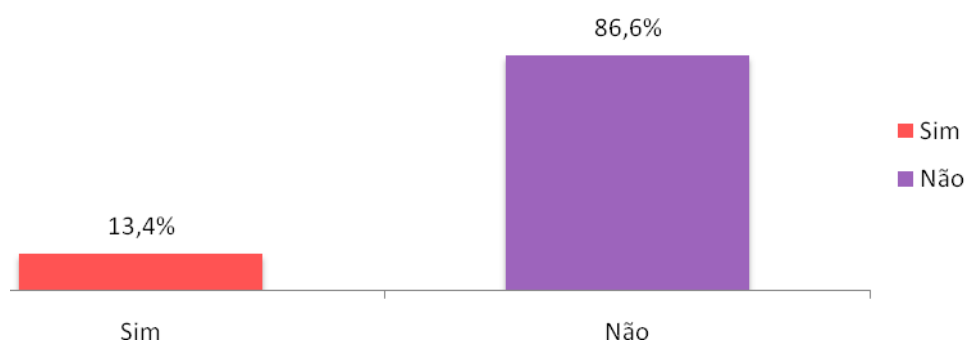
P28 - *“Não é fácil, mas é menos difícil que com a falta de outros sentidos como a audição.”*

P26 - *“Não é fácil, mas basta as pessoas terem incentivo para tentar.”*

P19 - *“Não. Precisa muita atenção.”*

P12 - *“Não, mas talvez uma pessoa que tenha a visão realmente teria menos dificuldade.”*

FIGURA 16 - Você considera fácil o aprendizado sem o uso da visão?



As duas perguntas finais serviram principalmente para verificar se o objetivo da ESZB foi alcançado. A primeira delas foi: Após passar pela experiência sua percepção sobre a capacidade dos alunos com deficiência visual mudou? (Figura 17). A maioria, como demonstrado em algumas respostas citadas abaixo, disse que sim, a exposição sensorial Zoobotânica contribuiu para mudança da sua percepção a respeito da capacidade de um deficiente visual.

P28 - *“Sim. Percebi que eles devem ter uma atenção direcionada para sua deficiência, e que isso é possível.”*

P27 - *“Eu já tinha uma percepção da dificuldade, porém experimentando mais coisas aprendemos.”*

P26 - *“Sim, percebi o quanto é difícil a vida de um deficiente visual.”*

P25 - *“Sim, percebo que não valorizamos e sobrecarregamos alguns sentidos , como a visão.”*

P23 - *“Sim, eles também podem aprender como qualquer outra pessoa.”*

P11 - *“Mudou pois com recursos e profissionais com vontade é possível.”*

P9 - *“Sim, nos torna sensíveis a questão da inclusão.”*

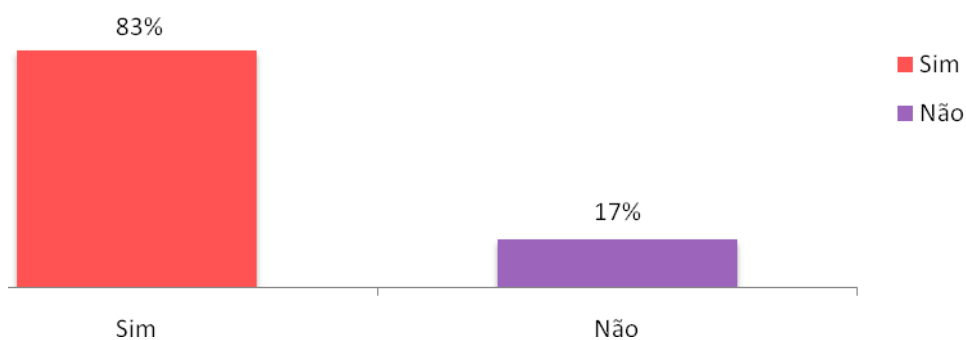
Todavia, alguns participantes disseram que a exposição sensorial Zoobotânica não contribuiu para mudança da sua percepção a respeito da capacidade de um deficiente visual.

P4 - *“Não, só confirmou a certeza que tinha de que eles são capazes, desde que encontrem pessoas preparadas para ajudá-los a aprender.”*

P24 - *“Não mudou, mas acrescentou mais, mais respeito ao próximo.”*

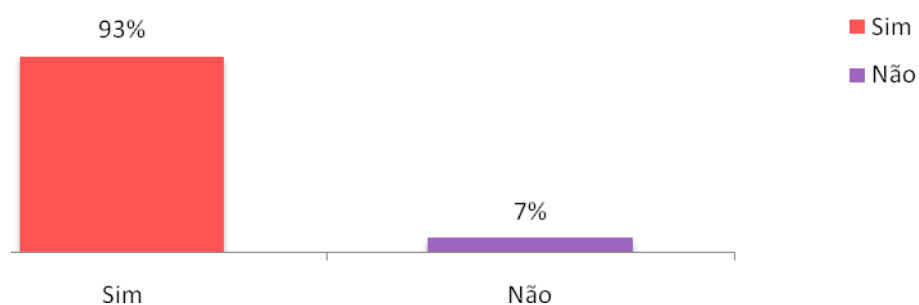
P29 - *“Não muito, pois tenho certas limitações, mas pra quem não tem com certeza muda.”*

FIGURA 17 - A exposição sensorial Zoobotânica contribuiu para a mudança da sua percepção a respeito da capacidade de um deficiente visual?



A fim de estabelecer a opinião do público sobre o objetivo da ESZB, foi questionado: Você acredita que a exposição sensorial pode ser um facilitador da inclusão de pessoas com deficiência visual?(Figura 18).

FIGURA 18 - Você acredita que a exposição sensorial pode contribuir para sensibilização dos alunos videntes à inclusão dos deficientes visuais em instituições regulares de ensino?



93% do público participante apontou que a ESZB pode sim contribuir para inclusão e acolhimento dos deficientes visuais em instituições de ensino regular, destacando-se algumas respostas:

P30 - *“Sim, pois possibilita a participação desses sujeitos nos diferentes espaços sociais.”*

P29 - *“Sim, toda iniciativa é válida quando se pensa na inclusão; e a exposição com certeza vai fazer muita gente pensar mais sobre a deficiência; e também pode ser o ponto de partida para mudarmos, e olharmos para os portadores de deficiência.”*

P28 - *“Acredito que sim, se sentir um pouco cega por alguns segundos me levou a refletir sobre como é o processo de aprendizado dessas pessoas, e de como não existem políticas públicas de apoio à estas pessoas.”*

P27 - *“Sim, pois falta mais projetos em relação à esse tema.”*

P26 - *“Sim, ajuda muito. Seria algo que ajudaria a muitos.”*

P25 - *“Iniciativa eficiente na minha opinião.”*

P24 - *“Sim, atividades como esta sempre acrescentam no currículo da inclusão. É necessário as escolas estarem abertas à atividades dinâmicas e cheias de descobertas.”*

P22 - *“Sim. Ninguém nunca vai saber das dificuldades dos outros se não vivenciá-las.”*

P13 - *“Sim, pois assim todos podem entender um pouco como é ter alguma deficiência.”*

P10 - *“Sim, acredito ser muito importante no que se refere ao tocar e ouvir. Principalmente no estudo da biologia que compõem diversos conceitos e detalhes que os estudantes devem identificar, o que dificulta para o ensino.”*

P9 - *“Excelente, sem os sentidos somos capazes de nos tornar mais sensíveis a questões básicas para pessoas que possuem deficiências, esta exposição ajuda a percebermos o mundo diferentemente.”*

P6 - *“Sim. Estimula a ver a vida com uma visão mais ampla e valoriza também a dificuldade em que as pessoas com deficiência enfrentam, pois a cada batalha vencida é uma superação, é uma lição de vida.”*

P3 - *“Sim, pode contribuir positivamente para a inclusão de pessoas com deficiência.”*

Apenas 7% considerou que essa não é uma boa alternativa para o cumprimento desse objetivo, como demonstrado na seguinte resposta:

P1 - *“Não. Políticas públicas serão os facilitadores reais desse processo.”*

Porém, a exposição é apenas uma ferramenta e como tal tem o intuito de auxiliar no processo de inclusão, não excluindo as obrigações das instituições de ensino no cumprimento da legislação, já mencionada, que confere aos deficientes a proteção dos seu direito à condições de ensino adequadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal oportunizar reflexões acerca das dificuldades cotidianas enfrentadas e superadas por alunos com deficiência visual, através da Exposição Sensorial Zoobotânica, de modo a despertar uma nova percepção nos participantes a respeito da diversidade, favorecendo o processo de inclusão educacional mediante a utilização deste recurso como mecanismo de sensibilização e o acolhimento por parte dos alunos videntes.

Com base nas respostas fornecidas pela maior parte dos participantes, é possível concluir que a Exposição Sensorial Zoobotânica alcançou seu objetivo, despertando um novo olhar frente à deficiência visual, por meio da apropriação de algumas adversidades presentes no cotidiano desse público.

Porém, é válido ressaltar que a exposição não tem o mérito de substituir qualquer política pública que subsidie a inclusão educacional de deficientes visuais na rede regular de ensino, sendo apenas uma ferramenta para auxiliar o processo inclusivo, estabelecendo uma ponte para diminuir a distância entre as pessoas com deficiência visual e os videntes, através da sensibilização, promovendo a criação de atitudes positivas de respeito, solidariedade e tolerância frente à deficiência, desenvolvendo a empatia e conseqüentemente, contribuindo com a aceitação das diferenças encontradas em cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da literatura infanto-juvenil** [Tese de Doutorado]. São Paulo:IP-USP, 1992.

BRASIL. **Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais: Dificuldades de Comunicação e Sinalização: Deficiência Visual**. Secretaria de Educação Especial. Brasília (DF), MEC; SEESS, 2002.

BRASIL. **Leis, Decretos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Documenta, Brasília, n. 423, p. 569-586, dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Saberes e Práticas da Inclusão - Ensino Fundamental**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: Deficiência visual**. v.1. Brasília: SEESP,2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasillia: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em ago. de 2014.

BRASIL. **Portaria 2.344/10**, de 3 de novembro de 2010. Brasília: CONAD, 2010.

BOSI, Alfredo. **Fenomenologia do Olhar**. In: NOVAES, Adauto. O Olhar. v.10.ed. São PAULO: Companhia dasLetras, 2003, p.31-63.

CARVALHO, Rosita Edler. **'Educação inclusiva: com os pingos nos "is"'**. Editora Mediação. Porto Alegre. 2006.

CONDE, A.M. **O esporte, a pessoa portadora de deficiência e o estigma da incapacidade. Acontece, Informativo da Sociedade dos Amigos Deficientes Físicos**, Rio de Janeiro: n. 1, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: out. de 2014.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais** [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade**. In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. **Inclusão: um panorama maior**. In: MANTOAN, Maria Theresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnor, 1997.

FRANCO, Eliana P. C.; SILVA, Manoela C. C. C. **Audiodescrição: Breve Passeio Histórico**. São Paulo: Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: ago. de 2014.

LIMA, Fernanda Silva de. **Educação Inclusiva: realidade ou utopia?**. Rio de Janeiro: Instituto a vez do mestre: 2010.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V. A. **Inclusão Escolar; pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

OCAHITA, Esperanza; ROSA, Alberto. **Percepção, Ação e Conhecimento em Crianças Cegas**. In: COOLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação : Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

OMENA, F. B. **Comunicação e Linguagem: Estudo do Sistema Braille à Luz da Semiótica**. Maceió: CESMAC, 2009.

PIMENTEL, Maria das Graças. **Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SESSEP, 2007.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, p. 227-234, 2005.

SANTOS, Mônica Pereira dos, PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2006.

STERNERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva.** Tradução: Roberto Cataldo Costa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Título original: Cognitive Psychology.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa.** São Paulo: Cortez, 1988.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade.** Rio de Janeiro: FACREDENTOR/ETTAL, 2013.

APÊNDICE A

Questionário aplicado aos participantes da Exposição Sensorial Zoobotânica



LICENCIATURA EM BIOLOGIA

Questionário

A **Exposição Sensorial Zoobotânica**, é uma estratégia de sensibilização à **inclusão social dos deficientes visuais**, tendo como objetivo promover a sensibilização dos alunos videntes quanto à socialização dos alunos com deficiência visual, através da realização de uma atividades sem o uso da visão, vivenciando quatro momentos sensoriais sob essa perspectiva.

• **Perfil dos entrevistados:**

1. Idade:
2. Nível de escolaridade:

• **Sobre a inclusão escolar de deficientes visuais:**

1. O que você compreende por educação inclusiva?
2. Esse tema (educação inclusiva) já foi abordado na sua instituição de ensino?
3. Você acredita que alunos com deficiência visual podem apresentar um bom desempenho nas suas atividades acadêmicas?
4. Qual o tipo de deficiência que você considera mais difícil no que se refere ao processo de aprendizagem?
5. Você conhece alguém com deficiência visual?
6. Como você se relaciona com ela?
7. Que tipo de sentimentos ela desperta em você?
8. Você já teve ou tem algum colega que apresenta algum tipo de deficiência na sua classe? Se sim como você e sua turma se relacionavam com ele? Se não o

que acharia de ter colegas com deficiência na classe?

9. Você acredita que poderia aprender com ele ou o que lhe ensinar?

10. Você apresenta algum tipo de limitação?

• **Sobre a Exposição sensorial Zoobotânica:**

1. Como você se sentiu na realização das atividades sem o uso da visão?

2. Você conseguiu realizar com facilidade as atividades?

3. Qual atividade você considerou mais difícil de ser executada? Por que?

4. Você considera fácil o aprendizado sem o uso da visão?

5. Após passar pela experiência sua percepção sobre a capacidade dos alunos com deficiência visual mudou?

6. Você acredita que a exposição sensorial zoobotânica pode contribuir para sensibilização dos alunos videntes à inclusão dos deficientes visuais em instituições regulares de ensino?

APÊNDICE B

Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,.....estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado **EXPOSIÇÃO SENSORIAL ZOOBOTÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO À INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO**, que tem como objetivo promover a sensibilização dos alunos videntes quanto à socialização dos alunos com deficiência visual, através da realização de uma atividades sem o uso da visão.

Recebi as explicações necessárias sobre a inexistência de riscos diretos ou indiretos decorrentes do estudo e que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa de qualquer forma me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: DEYSE MARIA DE SOUZA SILVEIRA, graduanda do curso de em Licenciatura em Biologia da UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação do professor ELINSMAR VITÓRIA ADORNO.

Enfim tendo sido orientado (a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Fui informado (a) de que a pesquisa não me trará qualquer tipo de despesa, porém, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado (a), conforme determina a lei.

Cruz das Almas – BA/...../.....

.....
Entrevistado (a)
(Sujeito da Pesquisa)

.....
Deyse Maria de Souza Silveira
(Pesquisador)

.....
Elinsmar Vitória Adorno
(Orientadora Responsável)